

OPINIÃO PÚBLICA

Opinião Pública

ISSN: 0104-6276

cesop@unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas

Brasil

Kerbauy Miceli, Maria Teresa

Associativismo e comportamento eleitoral na Eleição de 2002

Opinião Pública, vol. 10, núm. 2, outubro, 2004, pp. 254-267

Universidade Estadual de Campinas

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32910204>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Associativismo e comportamento eleitoral na Eleição de 2002

Maria Teresa Miceli Kerbaux

Universidade Estadual Paulista
Campus Araraquara

Resumo

A autora analisa a participação eleitoral em 2002, relacionando-a às formas de participação associativa. A hipótese testada é de que o eleitor com vínculos associativos tem maior participação eleitoral. Nesse sentido, os resultados sugerem que para os eleitores ativos há um perfil associado à participação em greves e filiação sindical mas, quanto à sua filiação partidária, sugerem que há outros fatores intervenientes na relação. O artigo utiliza os dados do ESEB 2002

Palavras-chave: Estudo Eleitoral Brasileiro; associativismo; comportamento eleitoral; participação política

Abstract

The author analyses the electoral participation in the 2002 election in relation to the forms of associativism. The hypothesis is that the voter with more associative links is more willing to have electoral participation. The results suggest that the active voters are more participant in strikes and unions, but this active behavior is not related to party affiliation. The data come from the 2002 Brazilian Electoral Study.

Keywords: Brazilian Electoral Study; associativism; electoral behavior; political participation

A partir dos anos noventa abriu-se no Brasil um intenso debate sobre a participação e sua institucionalização, especialmente sobre o modelo de democracia a ela associado, como forma de ampliação do espaço público, possibilidade de discussão e deliberação sobre políticas públicas, democratização do processo decisório e possibilidade do controle social.

No entanto, o tema da participação política, quer entendido nos aspectos convencionais, como votar em eleições, pertencer a um partido político, discutir política, ter interesse por política etc, quer nos seus aspectos não convencionais, tais como protestos, abaixo assinados, greves etc, não mereceu um aprofundamento nas análises da literatura brasileira.

A participação política passou a ser vista quase como uma decorrência dos vários formatos de participação social, especialmente os conselhos; da maior transparência do poder público; do papel da mídia e das transformações do eleitorado brasileiro, tanto na sua dimensão quanto nas mudanças de suas bases sociais.

Algumas pesquisas continuaram enfatizando a identificação partidária como sendo a mais importante variável na explicação do comportamento eleitoral, mas uma análise mais aprofundada sobre a relação entre a consolidação da democracia brasileira e a intensidade da participação política não foi realizada.

Este fato se deve, em parte, à ausência de *surveys* sistemáticos, especialmente na década de noventa, que pudessem estabelecer um critério de comparação temporal sobre a participação política no Brasil e que permitissem a construção de indicadores comuns e específicos da cultura política relacionados não apenas ao ato de votar, mas também a um “continuum” de atividades que vão desde a discussão política até ações políticas mais complexas, que requerem iniciativas e conhecimentos. Esta ausência deve-se a uma fraca tradição da Ciência Política brasileira em estudos de cultura política, que permitiriam entender melhor os padrões valorativos que compõem a formação das preferências do eleitorado.

A pesquisa ESEB, estudo pós-eleitoral realizado no período de 31 de outubro a 28 de dezembro de 2002 em todo o Brasil, é uma excelente oportunidade de avaliação deste processo e da relação que pode ter a participação não-eleitoral com o aumento do interesse na participação política. Acrescente-se, ainda, a importância da eleição presidencial de 2002, que elegeu pela primeira vez um presidente claramente vinculado à esquerda, Luís Inácio Lula da Silva.

Este artigo analisa a participação eleitoral como uma modalidade de participação política. Participação eleitoral está entendida como conjunto de ações que incluem: tentar convencer alguém a votar em determinado candidato; colar cartazes ou distribuir panfletos; apoiar algum candidato; colocar faixas ou cartazes de algum candidato em casa, no trabalho ou no carro; e ações instrumentais, tais como ser procurado por algum candidato, e o hábito de se informar sobre o trabalho de algum político, relacionando-os a alguns elementos de comportamento que implicariam em outras formas de participação política tais como, a participação real ou hipotética em protestos, greves e abaixo assinados.

Com base nesse entendimento, estabelecemos as possíveis relações entre a participação eleitoral e a participação associativa (profissional, religiosa, não religiosa, sindical e partidária), que poderiam implicar em estímulo à participação política ou a outras modalidades de comportamento eleitoral, que não exclusivamente o voto.

Acompanhando a explicação clássica sobre o comportamento eleitoral, correlacionamos a participação eleitoral com variáveis socioeconômicas (escolaridade, ocupação e região) para saber o seu grau de interferência na participação.

A pergunta que norteou a análise foi: *os indivíduos que têm um determinado padrão de comportamento associativo se diferenciam em termos de comportamento político (sistema de crenças, valores e atitudes) ou participação eleitoral?* Procuramos assim testar a hipótese de que o eleitor que tem vínculos associativos tem maior participação eleitoral.

Parte da literatura aponta para a relação entre associativismo e modalidades de atuação na política que fomentem características tais como o debate político, a organização coletiva e a consciência política (ALMOND & VERBA, 1963). Outra parte da literatura contrapõe-se a esta análise, considerando esta relação subsidiária e argumenta que a correlação entre modalidades de participação política não é automática (POLACK, 1982), ou não haveria relação entre o pertencimento a uma associação de bairro, profissional, religiosa e a participação política, considerando-se antes de tudo que apenas uma pequena parcela da população participa quer das atividades associativas, quer de atividades políticas. A bibliografia sobre o tema aponta também que a relação entre participação e comportamento eleitoral não é estável, ela pode ou não influenciar a inserção em outras modalidades de atuação.

Para explicar a baixa participação e a baixa capacidade associativa, a bibliografia aponta para os indicadores socioeconômicos como renda, escolaridade, ocupação e região, que têm uma forte tradição nas pesquisas eleitorais no Brasil como condicionantes do comportamento eleitoral. Esta perspectiva contrapõe-se à literatura que trabalha com comportamentos estritamente políticos (cultura política, crenças, valores e confiança), com o meio pelo qual se criam as preferências ou a

ação racional dos indivíduos. O comportamento eleitoral estaria relacionado à maximização dos benefícios dos eleitores. Segundo Dahl (1971), quando os cidadãos percebem que os custos da participação no processo político excedem os seus benefícios, tomarão a decisão de não participar.

A literatura brasileira ou das dificuldades em estabelecer comparações

A literatura brasileira sobre o tema é frágil e esporádica e não há pesquisas sistemáticas para o conjunto do país que apontem para análises mais consistentes sobre a participação política.

Segundo Lima Jr. (1999), os trabalhos publicados no Brasil sobre o tema, entre 1950 e 1970, estão na categoria de estudos sociológicos e de recursos e só no final dos anos 80 que os condicionamentos do comportamento eleitoral passam a ser privilegiados. Também segundo o autor, as tendências contemporâneas para explicar a participação política estariam relacionadas a recursos, mobilização e o desejo de influenciar políticas. Castro (1997) aponta para três grupos de estudos sobre a participação política: orientação sociológica, orientação psicológica e orientação institucionalista.

No final dos anos 80 a motivação instrumental – proveniente da escola racional – se faz presente (SANTOS, 1987; FIGUEIREDO, 1991) e a análise política ancorada na teoria da mobilização é pouco comum e assume uma característica descritiva.

Os trabalhos pioneiros são os estudos de Simão (1956) e Soares (1973), o volume organizado por Lamounier e Cardoso (1975), a coletânea organizada por Reis (1978) e a preparada por Lamounier (1980). Existem ainda algumas referências ao tema na *Revista Opinião Pública*, especialmente nos artigos publicados por Ferreira (1999a, 1999b, 2000), além das pesquisas realizadas por Baquero (1995) no Rio Grande do Sul e o conjunto de três *surveys* realizados por Moisés (1992) intitulado “Cultura Política e Consolidação da Democracia no Brasil”.

Neste campo de estudos, São Paulo tem a melhor série histórica, constituída por um conjunto de pesquisas do IDESP, 1982, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, e por dados dos institutos Datafolha e IBOPE.

Quanto ao associativismo, apesar da relevância que o tema assumiu no Brasil na década de 1990, as pesquisas realizadas neste período têm trabalhado com metodologias qualitativas de reduzido poder inferencial, impondo limites à sua análise.

Desenvolvendo diferente abordagem, a hipótese de Ferreira a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1998 e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de abril de 1996, é de que *“apesar de todas as transformações ocorridas na sociedade no referido período, não houve mudanças significativas no associativismo e no contato com os políticos no meio urbano brasileiro”* (FERREIRA, 1999, p. 91), concluindo que *“os percentuais de filiação a movimentos associativos, contato pessoal com políticos e filiação/participação em atividades de partidos políticos revela que não ocorreram mudanças significativas no comportamento associativo da população brasileira entre 1988 e 1996”* (FERREIRA, *Op. Cit.*, p. 100).

A sua análise contrapor-se-ia às conclusões de Boschi (1987) e Avritzer (1997), que apontam para um aumento da dimensão associativa no Brasil, revertendo o passado de sociedade fraca e desarticulada.

Ferreira procura explicação para sua hipótese na literatura que trabalha com a existência de ‘dois Brasis’, um poliárquico e outro hobbesiano, que afirma que: *“se a sociedade brasileira é muito desigual em termos de indicadores sociais, apesar do elevado crescimento econômico das últimas décadas, isto se reflete nos baixos percentuais de participação. Ou seja, o lado poliárquico participa, mas o Brasil pobre não atua na política”* (SANTOS, 1993, p. 98).

Participação eleitoral e participação associativa: a construção do índice eleitoral

Para a análise dos dados do ESEB 2002 sobre participação política, procedeu-se à construção de um índice eleitoral composto pelas seguintes variáveis dependentes: P01 “Tentou convencer alguém a votar em algum candidato, colando cartazes ou distribuindo panfletos?”; P02 “Mostrou apoio a algum candidato?”; P03 “Colocou faixas ou cartazes de algum candidato em sua casa, trabalho ou carro?”; P04 “Na campanha eleitoral, algum candidato procurou o Sr. para pedir votos?”; P79 “Costuma se informar sobre o trabalho de algum político?”. O índice eleitoral variou de 0 a 5 e foi obtido somando as variáveis acima discriminadas.

Para efeito de nossa análise utilizamos um índice binário. Para tanto foi realizada uma análise de regressão logística recodificando o índice eleitoral em uma variável binária: o zero se mantém zero (para os que responderam **não** para as variáveis utilizadas) e os índices de 1 a 5 recebem o valor 1 (para os que responderam, poucas vezes, algumas vezes e muitas vezes).

Tabela 1
Índice Eleitoral Binário

	Frequência	Porcentagem
0	606	24,5
1	1868	75,5
Total	2474	100,0

Fonte: ESEB 2002

Da análise do índice observa-se que 75,5% dos entrevistados responderam afirmativamente a algumas das variáveis consideradas, apontando para a participação do eleitor em algum tipo de ação convencional política e de participação eleitoral.

Os percentuais da participação eleitoral sugerem a existência de interesse em participar da política especialmente nos itens referentes ao convencimento e à informação sobre o trabalho de algum político. O número dos entrevistados que foram procurados por algum candidato também é alto, o que aponta para uma estratégia de contato pessoal mais amplo, por parte dos candidatos. Para aquelas atividades que exigem um envolvimento na definição eleitoral, como mostrar apoio a algum candidato ou partido ou colocar faixas, cartazes ou adesivos de algum candidato, as porcentagens de participação são bem menores.

Tabela 2
Atuação Política Eleitoral

	Sim	Não
Tentou convencer alguém a votar em algum candidato	36,5	63,5
Mostrou apoio a algum candidato ou partido	17,9	82,1
Colocou faixas, cartazes ou adesivos de algum candidato	24,9	75,1
Foi procurado por algum candidato ou pessoa	48,8	50,7
Costuma se informar sobre o trabalho de algum político	36,1	63,9

Fonte: ESEB 2002

A análise do perfil socioeconômico da população incluída no índice eleitoral nos dá alguns parâmetros para o entendimento da relação entre posição socioeconômica e a participação política em ações eleitorais.

A escolaridade aparece como um fator determinante na atuação política eleitoral como se pode observar na Tabela 3:

Tabela 3
Índice Eleitoral e Escolaridade

Índice eleitoral	Sem instrução	Até 4ª série	De 5ª a 8ª série	Ensino médio	Superior ou mais
0 (Não)	39,2	32,4	22,1	19,5	15,9
1 (Sim)	60,8	67,6	77,9	80,5	84,1

Fonte: ESEB 2002

É significativo o aumento de inserção no índice à medida que aumenta a escolaridade dos entrevistados, o que permite concluir que maior escolaridade implica em maior participação eleitoral, confirmando uma tradição de análise do comportamento político que associa a maior participação com taxas mais elevadas de escolaridade¹. Quanto à ocupação, o número de desempregados que se encontram no índice “é quase próximo aos que estão empregados”. (Tabela 4)

Tabela 4
Índice Eleitoral e Ocupação

Índice eleitoral	Empregado	Desempregado	Fora do mercado
0 (Não)	21,6	26,7	32,3
1 (Sim)	78,4	73,3	67,7

Fonte: ESEB 2002

Mesmo os que estão fora do mercado de trabalho apresentam uma correlação alta com o índice, não mostrando diferenças significativas no índice de participação, e sugerindo que desemprego não afasta os indivíduos da participação eleitoral.

A variável sexo também aponta para uma relação quase uniforme entre homens (76,9) e mulheres (74,2) que encontram-se no índice.

A relação da região com a participação eleitoral apresenta algumas especificidades que podem estar relacionadas à forma como a amostra do *survey* foi concebida ou ainda às diferenças de comportamentos dos eleitores nas várias regiões brasileiras: os custos da participação – tempo e recursos financeiros – pesam mais para os eleitores da região sudeste; os incentivos solidários – a amizade, a convivência social e a possibilidade de integração em um grupo social estão mais presentes nas regiões norte e centro-oeste. Os dados em geral indicam que a participação eleitoral não obedece a um padrão simples de comportamento, e as variações entre regiões indicam que esta variável precisa ser melhor explicada pelos estudiosos do comportamento político no Brasil.

¹ Não foi possível incluir no índice a variável idade.

Tabela 5
Índice Eleitoral e Região

Índice eleitoral	Norte	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul
0 (Não)	15,9	15,4	20,8	28,7	20,6
1 (Sim)	84,1	84,6	79,2	71,3	79,4

Fonte: ESEB 2002

Participação Política e Associativismo

Para a análise da participação política foram selecionadas as seguintes questões: participação em abaixo-assinados, em manifestações e protestos, e em greves. No questionário, as perguntas foram formuladas para o presente e passado (participa ou participou) e, separadamente, para o futuro (participaria), e sua distribuição está exposta na Tabela 6:

Tabela 6
Participação Política – Realizada e Hipotética

	Sim	Não
Participa ou participou de abaixo assinado	51,7	48,3
Participaria de abaixo assinado	75,5	24,5
Participa ou participou de manifestações e protestos	17,8	82,2
Participaria de manifestações e protestos	35,2	63,9
Participa ou participou de greves	15,5	84,5
Participaria de greves	30,4	69,6

Fonte: ESEB 2002

O maior número de respostas afirmativas está na participação em abaixo assinados (51,7%) e um aumento significativo dos que participariam (75,5%) deste tipo de atividade, o que demonstra um certo interesse dos cidadãos nesta ação.

Ao cruzarmos estes dados com o índice eleitoral, o pertencimento ao índice é significativo para os que participam ou participaram de assinatura de abaixo-assinado, confirmando os dados apresentados anteriormente. Estar ou não estar no índice não modifica muito a participação nos abaixo-assinados, mas pertencer ao índice tem um significado positivo para manifestações e protestos e para a participação em greves, como mostra a Tabela 7:

Tabela 7
Índice Eleitoral x Participação Política
(Participa ou Participou)

		Índice eleitoral	
		0	1
Participação de abaixo-assinado	0 – nunca participou	63,8%	42,9%
	1 – já participou	36,2%	57,1%
Participação de manifestações de protestos	0 – nunca participou	92,5%	78,8%
	1 – já participou	7,5%	21,2%
Participação de greves	0 – nunca participou	92,2%	81,9%
	1 – já participou	7,8%	18,1%

Fonte: ESEB 2002

O percentual dos que estão no índice e participam ou participaram de abaixo-assinado continua mais alto em relação à participação em manifestações de protestos e manifestações de greve. Ao cruzarmos os dados da possibilidade de participação política com o índice eleitoral podemos observar algumas alterações:

Tabela 8
Índice Eleitoral x Participação Política (Participaria)

		Índice eleitoral	
		0	1
Participaria de abaixo-assinado	0 – não participaria	36,8%	20,4%
	1 – participaria	63,2%	79,6%
Participaria de manifestações de protestos	0 – não participaria	75,8%	59,7%
	1 – participaria	24,2%	40,3%
Participaria de greves	0 – não participaria	83,1%	65,1%
	1 – participaria	16,9%	34,9%

Fonte: ESEB 2002

A Tabela 8 mostra que a participação política aumenta sensivelmente entre os entrevistados que estão no índice eleitoral, especialmente na participação em manifestações de protestos – para os que estão no índice (40,3%), contra 24,2% para os que não estão no índice – e a participação em greves – 34,9% para os que estão no índice, contra 16,9% dos que estão fora do índice. Em relação aos abaixo-assinados, esta diferença não é significativa, ou seja, realizar as atividades que compõem o índice não significa maior ou menor adesão aos abaixo-assinados. Os dados também mostram que, em relação a esta questão, o percentual dos que não

estão no índice que não participariam de abaixo-assinados é inferior aos percentuais observados nas outras duas questões.

É interessante destacar que o percentual dos que participariam de manifestações e protestos entre os que não estão no índice triplica em relação aos que já participaram ou participam. Existe, assim, uma disponibilidade maior para este tipo de participação, mesmo entre os que não estão no índice eleitoral.

A seguir, analisamos a participação associativa social através das práticas que implicam em formas de solidariedade da natureza societária. O associativismo tem sido apontado como extremamente dinâmico nos últimos anos pela literatura brasileira. No entanto, os dados não se mostram tão significativos, conforme a Tabela 9:

Tabela 9
Participação Associativa Social

Participação	Sim	Não	Participou mas não participaria mais
Associações de moradores	7,6	79,2	13,2
Reunião de condomínio	7,9	85,3	6,8
Clube social ou esportivo	14,2	74,1	11,7
Assistencial religioso	27,3	64,9	7,7
Assistencial não religioso	5,9	89,6	4,5

Fonte: ESEB 2002

Tendo como referência a Pesquisa Mensal de Emprego de 1996, aparentemente o associativismo social teve um ligeiro aumento, especialmente a associação assistencial religiosa (27,3%) e a de clube social ou esportivo (14,2%). Deve-se acrescentar que o dado sobre associação assistencial religiosa não dá conta das diferenças entre católicos e evangélicos.

Ao relacionar o índice eleitoral com a participação associativa podemos observar esta associação de forma mais adequada:

Tabela 10
Índice Eleitoral e Participação Associativa Social

		Índice eleitoral	
		0	1
Associação de moradores	0 – não participa	88,0%	76,1%
	1 – participou mas não participa mais	7,6%	15,1%
	2 – participa	4,4%	8,8%
Reunião de condomínio	0 – não participa	91,4%	83,1%
	1 – participou mas não participa mais	3,7%	7,9%
	2 – participa	4,9%	9,0%
Clube social ou esportivo	0 – não participa	84,6%	70,2%
	1 – participou mas não participa mais	8,0%	13,1%
	2 – participa	7,5%	16,7%
Assistencial religioso	0 – não participa	77,9%	60,7%
	1 – participou mas não participa mais	3,7%	9,0%
	2 – participa	18,4%	30,3%
Assistencial não religioso	0 – não participa	95,9%	87,5%
	1 – participou mas não participa mais	1,3%	5,6%
	2 – participa	2,8%	7,0%

Fonte: ESEB 2002

Notamos, no índice, a diferença de participação assistencial religiosa (30,3%) em relação aos outros índices de participação, que continuam relativamente baixos, mas, neste caso, os que estão no índice eleitoral apresentam uma participação maior do que os que não estão. Interessante observar que o índice dos que participaram e não participam mais é maior entre os que estão no índice eleitoral, o que aponta para o fato de que os que estão no índice eleitoral são mais propensos ao associativismo social.

Com relação à participação associativa profissional e política, as porcentagens também não são significativas, excetuando a filiação sindical.

Tabela 11
Participação Associativa Profissional e Política

	Sim	Não
Filiação a Sindicato	19,0	81,0
Filiação a Associação Profissional	12,8	87,2
Filiação a Partido Político	6,1	93,9

Fonte: ESEB 2002

Este tipo de associação, quando relacionada com o índice eleitoral, apresenta as seguintes características:

Tabela 12
Índice Eleitoral e Associativismo Profissional e Político

		Índice eleitoral	
		0	1
Filiação a sindicato	0 – não é filiado	86,8%	79,1%
	1 – filiado	13,2%	20,9%
Filiação a associação profissional	0 – não é filiado	92,2%	85,4%
	1 – filiado	7,8%	14,6%
Filiação a partido político	0 – não é filiado	98,7%	32,3%
	1 – filiado	1,3%	7,7%

Fonte: ESEB 2002

Os dados mostram que o percentual de filiados a sindicatos não sofre grande variação entre os que estão no índice e os que não estão. No entanto, a diferença é significativa quando são comparados os que estão filiados a uma associação profissional e os que não pertencem à associação deste tipo e mais ainda quando observamos os que são filiados a partidos políticos ou não. Neste último caso, 1,3% não estão no índice eleitoral e 7,7% estão.

Os dados da pesquisa ESEB permitem algumas indicações sobre a relação entre o associativismo e a participação eleitoral.

Uma análise geral dos dados apresentados aponta que ter adesão à participação eleitoral, tal como definida pelo índice eleitoral estabelecido, significa uma tendência à maior participação política, especialmente em manifestações de protestos e de greves, em participação nas associações profissionais e filiação a partidos políticos. Diferentemente, a participação em abaixo-assinados e filiação partidária não têm correlação com a participação eleitoral, sugerindo que outros fatores devem estar interferindo neste tipo de participação e associativismo.

Bibliografia

ALMOND, G. e VERBA, S. *The Civic Culture: Political Attitudes And Democracy. Five Nations.* Boston, Little Brown and Company, 1963.

AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova. Revista de Cultura Política*, n. 39, p. 149-174, 1997.

BAQUERO, Marcelo e PRÁ, Jussara Reis. Matriz Histórico-Estrutural da Cultura Política no Rio Grande do Sul e Padrões de Participação Política. *Cadernos de Ciência Política*. Porto Alegre, UFRGS, n.3, 1995.

BOSCHI, Renato. *A arte da associação*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987.

CASTRO, Mônica Marta Machado de. *O comportamento eleitoral no Brasil: diagnóstico e interpretações: teoria e sociedade*. Belo Horizonte, n.1, p. 126-168, 1997.

DAHL, Robert. *Polyarchy, Participacion and Oposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

FERREIRA, Marcelo Costa. A participação política e os seus determinantes sócio-econômicos: as regiões metropolitanas brasileiras – 1988-1996. *Opinião Pública*. Campinas: Cesop, v. 5, n.2, p. 76-86, junho, 1999a.

_____. Associativismo e contato política nas regiões metropolitanas do Brasil - 1988-1996. Revisitando o problema da participação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, v. 14, n. 41, p. 90-102, outubro, 1999b.

_____. Participação e comportamento político no Estado de São Paulo, 1990. *Opinião Pública*. Campinas: Cesop, v. 6, n.2, p. 252-266, outubro, 2000.

FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto*. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1991.

INGLEHART, Ronald. The Renaissance of Political Culture. *American Political Science Review*, v. 22, n. 4, p. 1203-1229, 1988.

LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F.H. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LAMOUNIER, Bolivar. *Voto de Desconfiança em São Paulo: eleições e mudanças 1970-79*. Rio de Janeiro Vozes, 1980.

LIMA Jr., Olavo. Brasil de Partidos, Eleições e Poder Legislativo. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira*. São Paulo: Sumaré, 1999.

MOISÉS, José Álvaro. Democratização e Cultura de Massas no Brasil. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. São Paulo: CEDEC, n. 26, p. 5-51, 1992.

POLLOCK, Philip H. Organizations as Agents of Mobilization: How Does Group Activity Affect Political Participation?. *American Journal of Political Science*, v.26, n.3, p. 485, 1982.

REIS, Fábio W. (Org.). *Os partidos e o regime, a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

RENNÓ, Lucio R. Teoria da Cultura Política. *BIB*. Rio de Janeiro, n. 45, 1º semestre, p. 71-92, 1998.

_____. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Opinião Pública*. Campinas: Cesop, v. 7, p. 33-59, maio, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *As razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SIMÃO, Aziz. O voto operário em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 1, p. 130-141, 1956.

SOARES, Gláucio Ari Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.